



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com base no Art. 28, I, da Lei 14.133/21, por meio da INTERNET, cuja sessão será realizada pela Pregoeira **Rosani Hansen**, nomeada pela Portaria nº 2162/2026. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/06; Decretos Municipais 26 a 36/2023 e suas alterações legais e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site www.portaldecompraspublicas.com.br nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **08h12min do dia 03 de julho de 2026**.

1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS (CHAVES, MEDIDORES E FERRAMENTAS ELÉTRICAS), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II DESTA EDITAL.

2. LOCAL, DATA, HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO, INTERVALO DE LANCE E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1 LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS –
www.portaldecompraspublicas.com.br;

2.2 DATA: **03/07/2026**

2.3 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08h10min**

2.4 HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **08h12min**

2.5 INTERVALO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo)

Obs. Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

3.2. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Aquisição pelo **Menor Valor por Item** considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.3. **MODO DE DISPUTA:** Aberto

3.4. **PRAZO PARA ENTREGA:** O prazo de entrega do objeto é de até 30(trinta) dias a contar do recebimento do empenho pelo contratado. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Três Passos, localizado na Av. Santos Dumont, nº75 – Bairro Centro – Três Passos/RS - Cep 98600-000. O recebimento será realizado pelo fiscal do contrato Sr. Lucas Neckel, Eng. Eletricista ou pelo Diretor de Iluminação Pública Sr. Sergio Hentges, ou por quem venha a substituí-los.

3.5. **RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes Dotações Orçamentárias a serem previamente definidas pela secretaria de finanças quando do pedido de aquisição, cujo elemento da despesa está abaixo elencado.

Elemento da despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e material permanente.

3.6. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mediante transferência bancária se o Banco for condizente à conta de recursos utilizada pelo município, conforme cronograma de pagamento e disponibilidade de caixa a data pretendida. Não há possibilidade de pagamento por transferência, caso haja despesas bancárias para tal. A empresa poderá na proposta, indicar mais de uma conta bancária para que possamos utilizar o mesmo banco quando do pagamento, havendo liquidez imediata. **O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega total por empenho, mediante apresentação do documento fiscal, atestado de recebimento e conferência pelo fiscal de contrato.**

3.6.1 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.

3.6.2 No preço proposto já deverão estar computados todos os custos, sejam eles impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, manutenção,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

entrega, seguros, operadores, motoristas, ajudantes, combustíveis, transporte de ida e volta, materiais e funcionários, ou qualquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1 O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto com a Pregoeira (Rosani Hansen), na Secretaria de Administração, sito à Av. Santos Dumont, 75 - Centro – Três Passos/RS, em dias úteis, das 08 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

4.2 O Edital também poderá ser obtido no site do Município: www.trespazos.rs.gov.br no ícone licitações/2026 ou no endereço eletrônico do *Portal de Compras Públicas*: www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário;

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que será conferido quando da habilitação, no contrato social da licitante, e, que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

6.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.3.7 Aquele que já tenha registrado preços em ata vigente

6.4 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

6.5.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

6.5.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

6.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

6.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.5.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7 DO CREDENCIAMENTO

7.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br; onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento para a sua correta utilização.

7.1.1 Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br; podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimento do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br;

7.2 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

7.2.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.2.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 7.2.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,
- 7.2.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 7.2.6 Enviar, no caso de ser o vencedor, os documentos solicitados pelo pregoeiro no campo próprio do sistema (documentos) ou no prazo de 24h a contar da solicitação da pregoeira através do(s) e-mail(s): prefeituracomprastp@hotmail.com ou compras@trespassos.rs.gov.br;

8 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 8.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 8.2 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**
- 8.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 8.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 8.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 8.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 8.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

9 DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 9 e 11 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- b) O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:
- 9.1.1 O cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital, como condição de participação.
- 9.1.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar 123/06, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.
- 9.2 A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções legais e multa.
- 9.3 O não envio dos documentos habilitatórios pelo primeiro colocado ou a inabilitação do mesmo, uma vez que declarou no sistema que cumpre os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso II da Lei 14.133/2021, ensejará a aplicação das penalidades previstas no item 24 deste Edital. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação deverão ser inseridos no campo próprio do sistema e outros que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo por este estipulado, o qual será aplicado a todos os licitantes.
- 9.4 **Enviar, no caso de ser o vencedor**, a proposta de forma digitalizada, no campo próprio do sistema para fins de abastecimento do programa LICITACON DO TCE ou



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

no prazo de 24h a contar da solicitação da pregoeira através do e-mail: prefeituracomprastp@hotmail.com.br ou compras@trespassos.rs.gov.br, devendo constar preferencialmente o seguinte:

- 9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.1.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 9.1.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10 DA PROPOSTA DE PREÇOS E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 10.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca (se a marca identificar a empresa participante informar no campo “marca própria”, referências e demais dados técnicos (conforme o caso), bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, tais como: vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.
- 10.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante na fase de cadastramento da proposta no sistema importará na desclassificação da mesma (salvo a inclusão no campo próprio, campo que somente será visualizado após o término da fase de lances), razão pela qual os licitantes não devem fazer constar no sistema ou nas observações do item, informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

10.4 O fornecedor deverá registrar sua proposta igual ao quantitativo máximo estipulado no edital, não será aceita proposta em quantitativo inferior.

10.5 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.7.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

10.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

10.11.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.3.1 Conforme termo de referência a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, serão aferidas mediante envio de amostra pelo licitante classificado em primeiro lugar. A amostra consiste no envio de imagens/fotografias dos objetos, já para as ferramentas isoladas deverá, além das imagens, ser encaminhado certificado do Inmetro específico daquela ferramenta, atestando a isolação ou os resultados dos ensaios realizados conforme IEC 60900 ou ABNT NBR 9699, adequadas para utilização até 1.000 V CA e 1.500 V CC, atendendo aos requisitos da NR-10. Tudo no prazo de cinco dias úteis após o término da fase de lances e habilitação, devendo ser enviado para o email: obras@trespassos.rs.gov.br A amostra será avaliada pelo engenheiro eletricista Lucas Neckel, o qual manifestar-se-á em parecer sobre os produtos apresentados

10.11.4 No caso de não aceitação da amostra, caberá uma substituição da amostra não aceita, sem alteração dos valores consignados, havendo interesse da empresa ofertante.

10.11.5 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de cinco dias úteis contados da solicitação.

10.11.5.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.11.5.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11.5.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

10.11.5.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.11.5.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.11.5.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.11.5.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.12 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

10.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.15 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15.2 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.15.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

10.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Caso atendidas as condições de participação, nos termos do Art. 63, inciso II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, deste modo, poderá o licitante participante, se desejar, inseri-lá previamente no campo próprio já aberto do portal ou apresenta-la no prazo de readequação da proposta ou em diligências com prazo determinado pelo pregoeiro de até duas horas. Inserindo a documentação de **habilitação previamente no campo de habilitação do portal, deverá fazê-lo com zelo, pois conforme as disposições do art. 64 da Lei 14.133/2021, somente poderão ser anexados documentos para complementação ou atualização. Da mesma forma, todos os documentos de habilitação devem ser inseridos quando da readequação da proposta ou no prazo de diligências, pois não será aberto prazo posterior para juntada de documento que não foi anexado no prazo proposto, por força do art. 64 da Lei 14.133/2021.** A documentação a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, através da apresentação dos documentos e declarações expressos neste edital.

11.1.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações no sistema utilizado (portal de compras públicas) para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, conforme art. 15 da Lei 14.133/2021.

- 11.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até duas** horas sob pena de inabilitação, salvo se outro prazo tiver sido estipulado no chat.
- 11.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.6.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.6.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 11.6.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.6.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.6.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 11.8** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.9 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 11.9.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.9.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja a autenticidade poderá ser verificada pelo pregoeiro no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 11.9.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.9.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 11.9.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

11.9.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.9.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.9.9 O ato constitutivo da licitante deverá evidenciar o objeto para análise da compatibilidade com o objeto licitado e o administrador, e preferencialmente estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.10 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.10.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.10.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.10.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.10.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.10.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

11.10.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

11.11 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.11.2 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

11.11.3 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, a(o) pregoeira(o) abrirá a sessão pública, mediante utilização de sua chave e senha.

12.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.3 A comunicação entre o pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens e campo próprio do sistema eletrônico.

12.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis no sistema.

13 DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada.

13.2 Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- b) forem omissas em pontos essenciais;
 - c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- 13.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 13.4 As propostas classificadas serão ordenadas primeiro pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 13.5 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
 - b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 13.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
 - b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

13.7.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14 DO MODO DE DISPUTA

- 14.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos;
- 14.2 A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 14.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 14.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de fase de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 14.5 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 14.6 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico – PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br;

15 DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

- 15.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 15.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 8.4 do Edital.
- 15.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.
- 15.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

16 DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- 16.1 Os documentos de habilitação, de que trata o item 11, serão examinados pelo pregoeiro, que poderá verificar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
- 16.2 A(s) beneficiária(s) da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 8.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação que comprove a sua regularidade, **em cinco dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 16.3 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de sua proposta que atenda ao edital.
- 16.4 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

17 DO RECURSO

- 17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

17.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

17.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, a Pregoeira, fará a adjudicação dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito de Três Passos, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

18.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

19 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, pois que os itens somente serão pagos após a entrega.

20 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 20.1 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços, conforme modelo do ANEXO VII deste Edital, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação do presente certame.
- 20.2 Na hipótese do vencedor da licitação se recusar a assinar a ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções.
- 20.2.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preço, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de cinco dias, a contar da data de seu recebimento.
- 20.2.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante e aceita pela Administração.
- 20.3 A ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazos estipulados no Edital e seus anexos.
- 20.4 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, contados da data de sua emissão.
- 20.5 A existência de preços registrados não assegura a LICITANTE o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos itens, sendo assegurado, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.
- 20.6 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas

21 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 21.1 O objeto/serviço, após a assinatura da ata de registros de preços deverá ser prestado/fornecido no prazo e condições estipuladas neste edital e seus anexos. A Nota Fiscal deverá ser fornecida após a prestação do serviço. O Aceite da Nota de



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 21.1.2 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 21.1.3 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 21.1.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 21.2 A prestação do serviço deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos/RS.
- 21.3 As condições de habilitação consignadas neste Edital, deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência da ata ou do contrato resultante da ata.
- 21.3.2 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 21.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

22 DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO E DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

- 22.1 O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.
- 22.1.2 Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 22.2 O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização, no caso de prorrogação.
- 22.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.
- 22.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”.
- 22.5 A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:
- a) evento futuro e incerto;
 - b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
 - c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
 - d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
 - e) modificação consubstancial nas condições contratadas;
 - f) haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
 - g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 22.5 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da ata e antes de eventual prorrogação.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

22.6 A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura do contrato planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

22.7 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá: a) liberar o fornecedor; b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

22.8 O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

22.9 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas por termo aditivo.

22.10 O pedido de reequilíbrio retroagirá tão somente a data do protocolo do pedido e não incidirá sobre empenhos já gerados. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital

22.11 Solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro fica obrigado o órgão licitador a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

22.11.1 O não cumprimento do prazo constante no item 22.11 não implica em deferimento do pedido por parte do contratante

22.11.2 Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

23 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1 As obrigações das partes estão previstas na ata de registro de preços, anexa a este edital.

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e das disposições do termo de referência e do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 24.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei mencionada o licitante/adjudicatário que:
- 24.2.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 - 24.2.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 24.2.3 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 24.2.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 24.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 24.2.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 24.2.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 24.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 24.2.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 24.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 24.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 24.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 24.5 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 24.6 Serão publicadas no site do Município ou na Imprensa Oficial do Município as sanções administrativas previstas deste edital e a inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

24.7 Da fraude e da corrupção - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

24.7.1 Definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) prática concertada:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) prática coercitiva:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) prática obstrutiva:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

25.1 O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente LICITAÇÃO.

25.2 Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão responsável deverá:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.
- 25.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 25.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 25.5 **Nos termo do art. 84 da Lei 14.133/2021, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso. Havendo prorrogação será renovada toda a quantidade licitada, independente do seu saldo já utilizado.**

26 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

26.1 O preço registrado poderá ser cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) o fornecedor sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021.
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado e estes se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

26.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão responsável.

26.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita através de publicação no site do Município, no mesmo local onde houve a publicação do Edital, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação. Da decisão que cancelar o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

27 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.7 A participação na presente LICITAÇÃO implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

27.8 Atuarão como fiscais das aquisições os secretários que efetuarem aquisições até o esgotamento da mesma.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

27.9 Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, deverá ser observado o disposto na IN RFB nº 1234/12, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 39/2022, disponível em www.trespazos.rs.gov.br, ícone - legislação.

27.10 Quando se tratar de contratação de Serviços de Micro Empreendedor Individual (MEI), existe a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do caput e o § 1º do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das disposições acessórias relativas à contratação de contribuinte individual (vide lei Complementar nº 147 de 2014). Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção de veículos. Lei 8.212, de 24 de Julho de 1991.

27.11 A contribuição a cargo da empresa, destinada a Seguridade Social, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços, deste modo, no caso de participante na condição de MEI, sua proposta será acrescida de 20% e o valor acrescido deste percentual será analisado pela comissão para determinação do vencedor.

27.12 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.12.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital as do termo contratual.

27.14 A Administração Pública Municipal, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

27.14.1 A anulação do Pregão induz à extinção da ata.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

27.14.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

27.15 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

27.16 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.trespazos.rs.gov.br ícone licitações e compras diretas, ano 2026.

27.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Descritivo das Ferramentas

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III - Modelo de Porte da Empresa;

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Três Passos/RS, 12 de junho de 2026.

Arlei Luis Tomazoni
Prefeito

De acordo: _____

Procurador Geral do Município



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO

Registro de preço para eventual e futura aquisição de ferramentas para eletricitistas (chaves, medidores e ferramentas elétricas) para atender as necessidades e demandas das secretarias municipais, conforme as especificações do edital, buscando manter a eficiência e a continuidade do serviço público prestado nesses locais. Conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Un	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	Caixa organizadora	un	8	302,83	2.422,61
2	Alicate universal Isolado	un	8	252,83	2.022,64
3	Alicate de corte diagonal	un	8	233,09	1.864,72
4	Alicate Bico Meia Cana Reto Isolado	un	8	212,39	1.699,12
5	Chave inglesa ajustável isolada	un	8	350,99	2.807,92
6	Faca decapadora reta isolada	un	8	86,77	694,16
7	Alicate cortador de cabos até 500mm ²	un	1	655,98	655,98
8	Alicate prensa terminais tubulares	un	8	181,66	1.453,28
9	Alicate crimpador hidráulico 10 a 300mm ²	un	2	699,30	1.398,60
10	Conjunto de chaves isoladas	cnj	8	131,90	1.055,20
11	Jogo de chaves Hexagonais "Allen" Polegadas	cnj	8	36,90	295,20
12	Jogo de chaves Hexagonais "Allen" Milimétrica	cnj	8	33,70	269,60
13	Chve hexagonal 5mm cabo "T" Isolada	un	4	52,17	208,68
14	Alicate amperímetro True-RMS	un	8	731,99	5.855,92
15	Parafusadeira bateria 20V	un	3	1.159,00	3.477,00
16	Paquímetro Digital 150mm	un	3	326,39	979,17
17	Guia passa cabos com alma de aço 10m	un	5	13,90	69,50
18	Guia passa cabos com alma de aço 20m	un	5	22,80	114,00
19	Microretífica	un	2	431,85	863,70
20	Rotulador eletrônico	un	2	299,90	599,80
				TOTAL	28.806,80
* As ferramentas deverão atender ao solicitado no Anexo I - Descritivo das Ferramentas					



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

1.1. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, foram coletados pelo servidor Lucas Neckel, e estão anexos ao processo administrativo de abertura da licitação.

1.2. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A presente aquisição tem como objeto o suprimento de ferramentas de alto desempenho destinadas a atividades de manutenção, instalação e infraestrutura elétrica. Os itens devem apresentar características construtivas de linha profissional, priorizando materiais de alta resistência mecânica, como reforços estruturais internos e componentes em polímeros de alta densidade ou ligas metálicas tratadas. Utiliza-se como parâmetro de aceitação produtos que possuam ampla rede de assistência técnica e conformidade com as normas brasileiras de fabricação, assegurando que o investimento resulte em longo tempo de serviço e evite a obsolescência precoce comum em equipamentos de linha doméstica.

A necessidade de profissionais da área técnica possuem ferramentas de alta qualidade e com isolamento adequado fundamenta-se, primordialmente, na estrita observância das Normas Regulamentadoras, em especial a NR-10. Ferramentas certificadas e com resistência mecânica superior funcionam como dispositivos de segurança essenciais, mitigando riscos críticos de acidentes por choque elétrico ou arcos voltaicos durante intervenções em sistemas energizados. Além da proteção à integridade física do trabalhador, a escolha por insumos de desempenho superior garante a continuidade dos serviços públicos.

A estimativa de aquisição dos itens é de pelo menos 90%.

A aquisição mínima dos materiais é de 75%.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

3.3. A aprovação das amostras apresentadas.

3.3.1. A amostra consiste no envio de imagens/fotografias dos objetos, já para as ferramentas isoladas deverá, além das imagens, ser encaminhado certificado do Inmetro específico daquela ferramenta, atestando a isolamento **ou** os resultados dos ensaios realizados conforme IEC 60900 ou ABNT NBR 9699, adequadas para utilização até 1.000 V CA e 1.500 V CC, atendendo aos requisitos da NR-10.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30(trinta) dias a contar do recebimento do empenho pelo contratado.

4.2 A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Três Passos, localizado na Av. Santos Dumont, nº75 – Bairro Centro – Três Passos/RS - Cep 98600-000.

4.3 O recebimento será realizado pelo fiscal do contrato Sr. Lucas Neckel, Eng. Eletricista ou pelo Diretor de Iluminação Pública Sr. Sergio Hentges, ou por quem venha a substituí-los.

4.4. O Fiscal do Contrato verificará se o objeto está de acordo com o descritivo do edital e sendo necessário emitirá relatório com as ocorrências da execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital ou no contrato, ou diferente das amostras aprovadas, devendo ser substituídos no prazo de até 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, amostras aprovadas, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, o fiscal designado acompanhará e fiscalizará a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

9.3. O fiscal designado pela Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato ou secretário para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não exerceu a função de Pregoeiro na licitação que antecedeu o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em até 15 dias ou conforme parecer contábil, priorizando-se o prazo estipulado neste, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

10.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, conforme previsto no edital e nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas: O não cumprimento de qualquer compromisso aqui estabelecido será aplicada as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, assegurados os termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Das Infrações Administrativas

13.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

- 13.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.1.5. não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.1.6. não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.1.7. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 13.1.1.8. apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.1.9. fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.1.10. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 13.1.1.11. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.1.12. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

13.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

13.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

13.2.2.1. advertência, para a infração prevista no item subitem 13.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2.2. multa, nas modalidades:

13.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 13.1.1.1. a 13.1.1.12

13.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 13.1.1.2. a 22.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 13.1.1.8. a 13.1.1.12.

13.3. Da Aplicação das Sanções

13.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

13.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

13.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

13.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

13.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

13.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

13.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão publicadas no site o Município (www.trespazos.rs.gov.br) em ícone próprio.

13.4. Da execução da garantia contratual



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

13.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo.

13.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

13.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

13.4.4. Esgotados o prazo elencado no item 13.4.3, para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária.

13.4.5. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados no item 13.4.3 sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 28.806,80**.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento conforme abaixo:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Obras e Viação

Unidade: 201 – Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Proj./Ativ.: 2.014 – Manutenção da Iluminação Pública

Despesa: 180 - 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Três Passos/RS, 19 de maio de 2026.

Lucas Neckel
Eng. Eletricista – CREA 181.166



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Gelson Getelina
Secretário Municipal de Obras e Viação
Portaria nº 1989/2025

ANEXO II – DESCRITIVO DAS FERRAMENTAS

RELAÇÃO FERRAMENTAS – LINHA PROFISSIONAL
As imagens são ilustrativas e servem como modelo de referência.

Item 1: Caixa organizadora para armazenamento e transporte de ferramentas e acessórios, com estrutura híbrida que combina polipropileno de alta resistência e acabamento externo em aço inox escovado. Deve apresentar as seguintes características mínimas:

Material do corpo: Polipropileno injetado com reforço em chapas de aço inoxidável, garantindo resistência a impactos e corrosão.

Sistema de fechamento: Provida de 02 (duas) travas metálicas de alta pressão, com porta-cadeado integrado para segurança do conteúdo.

Organização interna: Deve acompanhar 01 (uma) bandeja plástica interna removível com alça própria, permitindo a separação de itens menores.

Transporte: Alça superior articulada e retrátil, anatômica, fixada de forma robusta ao corpo da caixa.

Capacidade de carga: Suporte para carga interna de, no mínimo, 15 kg a 20 kg.

Dimensões aproximadas: Comprimento de 500 mm a 510 mm; Largura de 240 mm a 255 mm; Altura de 240 mm a 250 mm (referente ao tamanho de 20 polegadas).





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 2: Alicates tipo universal, com alta capacidade de corte e isolamento de segurança 1000V – Linha Profissional.

Especificações Técnicas

Material do Corpo: Aço especial de alta resistência (Cromo-Vanádio ou liga equivalente), com tratamento térmico total e têmpera por indução específica no gume de corte.

Capacidade de Corte: Deve ser projetado para corte de arames duros (corda de piano) com diâmetro mínimo de 2,0 mm e cabos de cobre/alumínio com seção de até 16,0 mm².

Diferencial Mecânico: Sistema de articulação com alto efeito de alavanca (High Leverage), reduzindo o esforço manual do operador em comparação aos alicates universais convencionais.

Acabamento: Proteção contra corrosão (fosfatizado, polido ou cromado).



Isolação e Segurança

Normatização: Certificação compulsória conforme norma NBR IEC 60900.

Tensão de Trabalho: Isolação para trabalhos em áreas energizadas de até 1.000V em corrente alternada (AC) e 1.500V em corrente contínua (DC).

Sinalização VDE: O cabo deve apresentar o símbolo internacional de isolação (duplo triângulo) e a indicação da norma de segurança gravada de forma indelével.

Ergonomia e Design

Cabo: Revestimento bicomposto (multicomponente) ergonômico, com abas protetoras para evitar o deslizamento da mão em direção à parte metálica não isolada.

Geometria da Mandíbula: Zona de prensão para materiais planos e redondos, com dentes serrilhados para garantir firmeza e evitar escorregamento.

Comprimento Nominal: 200 mm (aproximadamente 8 polegadas).

Requisitos de Qualidade

O fornecedor deverá apresentar, quando solicitado, o certificado de conformidade com a norma IEC 60900 emitido por laboratório acreditado.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 3: Diagonal Isolado 1.000V (5.1/2") de alta precisão para uso eletroeletrônico e instalações elétricas.

Especificações Técnicas

Comprimento Nominal: 140 mm a 145 mm (correspondente a 5.1/2").

Material do Corpo: Aço especial de alta liga (Cromo-Vanádio ou similar), com tratamento térmico total (têmpera e revenido).

Gumes de Corte: Devem possuir têmpera adicional por indução, com dureza elevada para garantir durabilidade e cortes limpos em materiais diversos.

Geometria de Corte: Cabeça estreita e gumes de corte posicionados para permitir o corte rente em locais de difícil acesso.

Capacidade de Corte: Projetado para corte de arames macios (cobre/alumínio) e arames de dureza média com diâmetro de até 1,6 mm.



Isolação e Segurança

Normatização: Fabricação rigorosa conforme norma NBR IEC 60900 (ou versão internacional equivalente).

Tensão de Trabalho: Isolação testada para garantir segurança em até 1.000V em corrente alternada (AC) e 1.500V em corrente contínua (DC).

Sinalização de Segurança: O cabo deve conter a gravação permanente do símbolo do duplo triângulo e a indicação da norma técnica.

Ergonomia e Acabamento

Cabo Isolado VDE: Revestimento ergonômico em polímero resistente a chamas e impactos, com abas protetoras para evitar o contato acidental da mão com a parte metálica (cabeça do alicate).

Articulação: Suave e sem folgas, garantindo a transmissão eficiente da força manual sem travamentos.

Acabamento da Cabeça: Polida e protegida com verniz ou tratamento antioxidante.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 4. Alicate Bico Meia Cana Reto 6.1/2" Isolado VDE 1.000 V, com comprimento nominal de **160 mm (6.1/2")**. Ferramenta projetada para segurar, cortar, dobrar e puxar fios e arames, com isolamento elétrico de segurança certificado VDE para trabalhos em tensão de até 1.000 V em corrente alternada (CA) e 1.500 V em corrente contínua (CC).



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Corpo forjado em **Aço Vanádio** (ou aço cromo-vanádio de alta performance) para máxima resistência mecânica. Empunhadura ergonômica com abas protetoras arredondadas, fabricada em polímero resistente e isolante, garantindo segurança contra deslizamento da mão para a parte condutora.

Acabamento: Superfície do corpo **cromada** ou niquelada para alta resistência contra oxidação e corrosão.

Tratamento Térmico: Têmpera total no corpo e tratamento por indução nas arestas de corte, conferindo dureza elevada (aproximadamente 61-63 HRC no corte) para assegurar a durabilidade do fio mesmo sob uso intenso.

Usinagem: Bico com superfícies de prensão dentadas (recartilhadas) para firmeza no agarre. Arestas de corte de precisão, temperadas para corte de arames duros e semiduros. Articulação suave e precisa, sem folgas.

Organização e Construção

Suporte/Acondicionamento: O isolamento da empunhadura deve ser fixado ao corpo do alicate de forma permanente, impedindo o desprendimento ou rotação durante o uso. A ferramenta deve ser fornecida em embalagem que proteja o acabamento cromado e a integridade da isolação.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Normas Técnicas: Fabricado e testado em conformidade com as normas **DIN ISO 5745** (dimensional e funcional) e **EN/IEC 60900** (segurança elétrica).

Certificação VDE: Deve possuir certificação VDE (Verband der Elektrotechnik), comprovada por marcação na ferramenta, atestando que cada unidade foi submetida a ensaios dielétricos de 10.000 V (para garantir segurança a 1.000 V).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 5: Chave Ajustável (Inglesa) de 10" com Isolamento VDE 1.000 V, projetada para apertar e soltar parafusos e porcas de diferentes tamanhos, com proteção específica para trabalhos em áreas energizadas. Deve atender aos seguintes requisitos:

Especificações técnicas:

Material da Ferramenta: Fabricada em aço liga de alto desempenho (Cromo-Vanádio), com tratamento térmico para máxima resistência mecânica e durabilidade.

Acabamento da Cabeça: Cabeça polida com escala milimétrica gravada a laser no corpo, facilitando o pré-ajuste da abertura.

Mecanismo de Ajuste: Regulagem suave através de rosca sem-fim temperada, com baixo nível de folga nas mandíbulas.

Dimensões: Comprimento nominal de 10 polegadas (aproximadamente 250 mm).

Abertura: Capacidade de abertura de até 30 mm.



Isolação e segurança:

Capacidade de Isolamento: Certificação obrigatória VDE e conformidade com a norma internacional IEC 60900, garantindo segurança para trabalhos em tensões de até **1.000 V em corrente alternada (AC)** e 1.500 V em corrente contínua (DC).

Ergonomia e Acabamento

Cabo Isolado: Revestimento ergonômico em material polimérico de alta aderência, com formato que evita o deslizamento da mão em direção à parte metálica (guarda de proteção). O isolamento deve ser resistente a variações de temperatura e chamas.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 6. Faca Reta Desencapadora 7" Isolada 1.000 V profissional para eletricitistas, projetada especificamente para desencapar cabos e fios elétricos. Ferramenta com isolamento elétrico garantido para tensões de até 1.000 V em corrente alternada (CA) e 1.500 V em corrente contínua (CC), medindo aproximadamente 7 polegadas (aprox. 180mm) de comprimento total.



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Lâmina fabricada em aço inoxidável de alta resistência mecânica e à oxidação. Empunhadura ergonômica com dupla injeção de material polimérico (ou similar) resistente, garantindo a isolamento elétrica e aderência segura (antideslizante).

Acabamento: Lâmina com acabamento polido ou retificado. A isolação deve ser isenta de rebarbas, trincas ou imperfeições que comprometam a segurança elétrica.

Tratamento Térmico: A lâmina deve passar por processo de têmpera total e revestimento para garantir a dureza adequada no fio de corte, assegurando durabilidade e resistência ao desgaste.

Usinagem: Fio de corte com afiação de precisão, ideal para cortes em mantas de cabos sem danificar o condutor interno. O dorso da lâmina deve ser robusto.

Composição do Jogo

O item deve ser composto por:

- 01 (uma) Faca reta desencapadora isolada 1.000 V.
- 01 (uma) Capa protetora para a lâmina.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Normas Técnicas: O produto deve ser testado e certificado conforme a norma internacional **IEC 60900** e atender aos requisitos da **NR 10** (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

Identificação: A ferramenta deve possuir marcação indelével indicando a tensão de trabalho (1.000 V) e referência à norma aplicável.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 7. Alicata Cortador de Cabos de Cobre e Alumínio (Capacidade 500 mm²) tipo tesoura de alta alavancagem, projetado para cortar cabos elétricos de Cobre e Alumínio com capacidade máxima de corte de **500 mm²** (ou diâmetro equivalente). Ferramenta manual com comprimento total aproximado de **800 mm (32")**, permitindo o efeito de alavanca necessário para o corte de grandes bitolas com esforço reduzido.



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Lâminas (mandíbulas) fabricadas em aço especial forjado de alta liga, garantindo robustez e durabilidade do fio de corte. Os cabos (braços da alavanca) devem ser em aço tubular resistente para garantir leveza e resistência à flexão. Empunhaduras revestidas em borracha ou material plástico ergonômico para firmeza no manuseio.

Acabamento: Lâminas com acabamento fosfatizado, oxidado negro ou polido para proteção contra corrosão. Cabos com pintura de alta resistência (ex: epóxi ou eletrostática).

Tratamento Térmico: As mandíbulas de corte devem passar por tratamento térmico específico (têmpera e revestimento, preferencialmente por indução na área de corte) para assegurar a dureza necessária e evitar dentes ou deformações durante o uso.

Usinagem: Geometria da lâmina projetada para abraçar o cabo, garantindo um corte limpo, sem rebarbas e com mínima deformação da geometria original do condutor.

Construção: O sistema de articulação deve ser robusto, permitindo o movimento suave das lâminas sem folgas excessivas que prejudiquem o corte. Deve possuir batentes nos cabos para evitar o fechamento total das empunhaduras, protegendo as mãos do operador.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Requisito Operacional: Deve realizar o corte de cabos de 500 mm² de cobre ou alumínio sem apresentar falhas, trincas na lâmina ou entortamento dos braços.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 8: Alicate de Compressão tipo Prensa Terminais, com sistema de catraca e ajuste automático, exclusivo para terminais tubulares (ilhós) isolados e não isolados.

Características Funcionais e Mecânicas

Mecanismo de Crimpagem: Sistema de compressão por matriz única que se ajusta automaticamente à seção transversal do terminal, dispensando a troca de matrizes manuais.

Perfil de Crimpagem: O fechamento deve proporcionar uma conformação **quadrada** (ou superior) com ranhuras antiderrapantes, garantindo o contato elétrico perfeito em toda a área do terminal.

Sistema de Catraca: Equipado com catraca de segurança que libera a ferramenta somente após a conclusão do ciclo de prensagem, garantindo a uniformidade e a força de aperto adequada.

Ajuste de Pressão: Possibilidade de regulagem da força de compressão através de seletor ou parafuso de ajuste.



Capacidade de Operação

Faixa de Aplicação: Capacidade para prensa de terminais com bitolas entre 0,25 mm² e 6,0 mm².

Versatilidade: Deve ser capaz de processar terminais simples e duplos (ilhós) dentro da faixa de capacidade especificada.

Ergonomia e Material

Corpo: Fabricado em aço carbono de alta resistência com tratamento anticorrosivo.

Empunhadura: Cabos ergonômicos com revestimento em material bicomposto ou plástico de alta resistência, projetados para operação com apenas uma das mãos, reduzindo o esforço do operador em trabalhos repetitivos.

Requisitos de Qualidade e Marcação

Identificação: Gravação indelével da marca do fabricante e da faixa de capacidade (0,25 mm² a 6,0 mm²) no corpo da ferramenta.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 9: Alicate Crimpador Hidráulico 10 mm² a 300 mm² com acionamento hidráulico manual, projetado para a compressão (crimpagem) segura e uniforme de terminais e luvas tubulares em cabos de cobre e alumínio. Possui cabeça giratória (180°) tipo "C" para facilitar o posicionamento em locais de difícil acesso, força de crimpagem de 12 toneladas-força (tf) e curso do pistão de aproximadamente 20 mm.



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Corpo fabricado em aço carbono de alta resistência mecânica para suportar a pressão hidráulica. A alavanca/cabo deve possuir empunhadura ergonômica (revestimento emborrachado) para maior conforto e aderência durante o manuseio.

Acabamento: Pintura de alta resistência (ex: eletrostática a pó) no corpo principal para proteção contra corrosão e oxidação. As partes metálicas expostas devem possuir proteção superficial.

Tratamento Térmico: As matrizes e os componentes de força do cabeçote devem ser submetidos a tratamento térmico (têmpera e revenimento) para garantir dureza elevada, resistência ao desgaste e evitar deformações durante a operação de prensagem.

Usinagem: Sistema hidráulico e matrizes usinados com precisão dimensional para garantir a estanqueidade do óleo, o encaixe perfeito das matrizes no cabeçote e a formação de um hexágono regular na crimpagem.

Composição do Jogo

O conjunto deve ser composto por:

- 01 (uma) Unidade principal do alicate hidráulico;
- 01 (um) Kit de anéis de vedação (O-rings) sobressalentes para manutenção futura;
- 12 (doze) Pares de matrizes hexagonais intercambiáveis nas seguintes medidas nominais: **10 mm², 16 mm², 25 mm², 35 mm², 50 mm², 70 mm², 95 mm², 120 mm², 150 mm², 185 mm², 240 mm² e 300 mm².**

Organização e Construção

Suporte/Acondicionamento: O equipamento e todos os seus acessórios devem ser acondicionados em maleta plástica rígida de alta resistência a impactos. A maleta deve possuir alça para transporte, travas de fechamento seguras e berços/divisórias internas moldadas para o encaixe individual e organizado de cada par de matrizes e do alicate, evitando o deslocamento das peças durante o transporte.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Deve acompanhar manual de instruções em língua portuguesa.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 10: Conjunto de chaves simples e cruzada/phillips com isolamento de segurança de 1000V para eletricitistas.

Especificações Técnicas

O jogo deve ser composto por, no mínimo, 06 peças com as seguintes dimensões nominais:

04 Chaves de Fenda Simples: 1/8" x 4"; 3/16" x 4"; 1/4" x 6"; 5/16" x 6".

02 Chaves de Fenda Cruzada (Phillips): PH1 x 80mm; PH2 x 100mm.

Especificações da Haste

Material: Aço liga de alta performance (Cromo-Vanádio-Molibdênio ou Vanádio), com acabamento oxidado/escurecido na ponta para garantir precisão dimensional e proteção anticorrosiva.

Isolação: Haste integralmente revestida por isolação injetada, garantindo que apenas a ponta ativa da ferramenta fique exposta, minimizando riscos de curto-circuito em painéis densos.

Tratamento: Têmpera total ao longo da haste para evitar deformações sob torque.

Segurança e Normatização

Normas Técnicas: Fabricação em conformidade com as normas NBR IEC 60900 e DIN EN 60900.

Tensão de Isolação: Certificada para trabalhos em circuitos de até 1.000V em corrente alternada (AC) e 1.500V em corrente contínua (DC).

Certificação: Cada ferramenta deve possuir a marcação individual do símbolo de isolação (duplo triângulo) e o selo de conformidade da norma gravados no corpo da ferramenta.

Ergonomia e Design

Cabo Bicomposto: Design ergonômico em material multicomponente (polipropileno e elastômero termoplástico), resistente a impactos, óleos e solventes.

Interface de Torque: Formato que impeça o deslizamento da mão e possibilite a transmissão máxima de torque com o mínimo de fadiga para o operador.

Identificação: Marcação no topo do cabo com o símbolo do perfil (fenda ou phillips) e a medida, para facilitar a identificação rápida dentro da bolsa de ferramentas.





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 11. Jogo de Chaves Hexagonais (tipo Allen), perfil em "L", série curta, com medidas em polegadas, composto por 09 peças, destinado ao aperto e desaperto de parafusos com sextavado interno.

Características dos Materiais e Fabricação

Material: Fabricado em liga de aço cromo-vanádio de alto desempenho.

Acabamento: Escurecido ou fosfatizado, com tratamento térmico integral para garantir alta resistência mecânica e proteção contra oxidação.

Precisão: Usinagem de precisão nas extremidades para garantir encaixe perfeito, minimizando o risco de arredondamento das faces internas do parafuso e da própria ferramenta.



Composição do Jogo (09 Peças - Medidas em Polegadas)

O conjunto deve ser obrigatoriamente composto pelas seguintes bitolas:

- 1/16"; 5/64"; 3/32"; 1/8"; 5/32"; 3/16"; 7/32"; 1/4" e 3/8".

Organização e Ergonomia

Suporte/Acondicionamento: Fornecido em **estojo ou suporte plástico (polímero)** de alta durabilidade, com encaixes individuais e marcação externa das medidas para rápida identificação e organização.

Versatilidade: Formato em "L" que permite o uso de ambos os lados da chave, utilizando o braço longo para alcançar locais profundos e o braço curto para aplicar maior torque de aperto.

Requisitos de Qualidade e Garantia

- **Identificação:** Gravação da marca e das medidas em cada peça (nas bitolas que permitirem a gravação).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 12. Jogo de Chaves Hexagonais (tipo Allen), perfil em "L", série curta, com medidas métricas (milímetros), composto por 08 peças, indicado para manutenção mecânica e industrial pesada.

Características dos Materiais e Fabricação

Material: Fabricado em liga de aço cromo-vanádio de resistência equivalente.

Acabamento: Fosfatizado ou escurecido, garantindo proteção extra contra corrosão e oxidação.

Tratamento Térmico: Temperado para suportar torções severas sem sofrer deformações permanentes ou quebra frágil.

Usinagem: Extremidades com corte perpendicular e faces perfeitamente planas para garantir a máxima área de contato com o parafuso.



Composição do Jogo (08 Peças - Medidas Métricas)

O conjunto deve ser obrigatoriamente composto pelas seguintes bitolas:

- 3,0 mm; 4,0 mm; 5,0 mm; 6,0 mm; 8,0 mm; 10,0 mm; 12,0 mm e 14,0 mm.

Organização e Construção

Suporte/Acondicionamento: Fornecido em suporte plástico ou estojo organizador resistente, com marcação indelével das medidas correspondentes a cada chave.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Identificação: Gravação da marca do fabricante e da bitola métrica no corpo de cada chave (nas medidas em que for tecnicamente viável).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 13. Chave Hexagonal (Allen) com Cabo T Isolada 1.000 V - 5 mm, medida nominal de **5 mm**. Projetada para aperto e desaperto manual de parafusos com perfil sextavado interno em instalações elétricas energizadas (baixa tensão), oferecendo isolamento de segurança para tensões de até 1.000 V em corrente alternada (CA) e 1.500 V em corrente contínua (CC).



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Haste fabricada em **Aço Vanádio** (ou liga de aço cromo-vanádio de alta performance), garantindo resistência à torção superior às normas DIN. A empunhadura (Cabo T) deve ser revestida ou injetada em polímero isolante, resistente a impactos e não propagante de chama.

Acabamento: A haste metálica deve possuir proteção contra corrosão (ex: niquelada ou fosfatizada antes do isolamento). A ponta de contato deve ter acabamento escurecido ou de precisão para garantir o encaixe exato no parafuso.

Tratamento Térmico: Têmpera total na haste com endurecimento adicional na extremidade de trabalho (ponta), assegurando dureza elevada para evitar o desgaste prematuro das arestas do hexágono.

Usinagem: Perfil hexagonal de **5 mm** com tolerâncias rigorosas para evitar folgas que danifiquem a cabeça do parafuso. A fixação da haste no cabo "T" deve ser robusta, impedindo o giro da haste dentro do isolamento mesmo sob torque máximo.

Organização e Construção

Suporte/Acondicionamento: A ferramenta deve possuir isolamento contínuo em toda a extensão da haste (exceto a ponta de trabalho) e no cabo, sem emendas, rebarbas ou fissuras.

Ergonomia: O formato em "T" deve permitir a aplicação de torque com maior conforto e alavancagem se comparado a chaves retas ou tipo "L" simples.

Identificação: A ferramenta deve trazer gravada de forma indelével a medida (5 mm), a tensão de isolamento (1000V) e o símbolo da norma/certificadora.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Normas Técnicas: Fabricada e testada individualmente em conformidade com a norma **EN/IEC 60900** (Trabalhos sob tensão - Ferramentas manuais).

Segurança: Deve possuir certificação **VDE** (Verband der Elektrotechnik) ou certificadora internacional equivalente, comprovando ensaios dielétricos de rotina, impacto e aderência do isolamento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 14. Alicate Amperímetro Digital True-RMS, destinado à medição de corrente alternada, tensão e resistência em ambientes de manutenção industrial, comercial e residencial.

Características de Medição e Precisão

Tecnologia True-RMS: Medição de valor eficaz real para leituras precisas em sinais não lineares (cargas com harmônicos).

Corrente Alternada (AC): Faixa de medição de até **400,0 A**.

Tensão AC/DC: Medição de tensão de até **600,0 V** (tanto em corrente alternada quanto contínua).

Resistência: Medição de continuidade e resistência até **4.000 ohms** com detecção de continuidade por sinal sonoro.

Design e Capacidade Física

Abertura de Garra: Capacidade para envolver condutores de até **30 mm** de diâmetro.

Display: Tela de cristal líquido (LCD) de fácil leitura com função **Data Hold** (retenção de dados) para facilitar o registro de medidas em locais de difícil acesso.

Formato: Design ergonômico e compacto, otimizado para operação com apenas uma das mãos e uso em painéis com fiação densa.



Segurança e Proteção

Classificação de Segurança: Classificação mínima de **CAT III 600 V** e **CAT IV 300 V**, atendendo integralmente às normas de segurança elétrica.

Certificações: Deve possuir certificação CE, CSA ou equivalente internacional de segurança em instrumentação.

Acessórios e Garantia

Itens Inclusos: O equipamento deve ser fornecido obrigatoriamente com:

- Conjunto de pontas de prova de alta qualidade.
- Estojo/Maleta flexível para transporte e proteção.
- Manual de instruções em português.

Garantia: Mínimo de **02 anos** (24 meses) contra defeitos de fabricação, refletindo a durabilidade esperada para o padrão de referência.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 15. Parafusadeira e Furadeira de Impacto a Bateria, com motor de tecnologia sem escovas de carvão (*Brushless*), compacta e de alto rendimento, acompanhada de baterias e carregador.

Motor e Desempenho

Motor Brushless: Tecnologia sem escovas de carvão, proporcionando maior autonomia por carga, menor aquecimento e vida útil superior ao motor convencional.

Funções: 3 modos de operação (Parafusadeira, Furadeira e Furadeira com Impacto).

Torque Máximo: Mínimo de **65 Nm**, com ajuste de torque de pelo menos 15 posições para precisão no parafusamento.

Velocidade: Gatilho eletrônico com velocidade variável e reversível (mínimo de 0-450 / 0-1.650 RPM).

Impactos por Minuto (IPM): Mínimo de 0-28.000 IPM para perfuração eficiente em alvenaria.



Especificações Físicas e Ergonomia

Mandril: Aperto rápido (sem chave) em metal, com capacidade de até 1/2" (13 mm).

Design: Corpo compacto (comprimento total reduzido, aprox. 175 mm) para facilitar o acesso em locais estreitos.

Iluminação: LED embutido para visualização da área de trabalho, com função de desligamento automático.

Peso: Equipamento leve (aprox. 1,5 kg com bateria), visando a redução da fadiga do operador.

Alimentação e Acessórios

Baterias: 02 (duas) baterias de **20 V Max Li-Ion** com capacidade de **2.0 Ah**.

Carregador: 01 (um) carregador rápido compatível com as baterias de 20 V.

Armazenamento: Bolsa de lona resistente ou maleta plástica para transporte do kit.

Acessórios extras: Gancho para cinto metálico instalado ou incluso.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Garantia: Mínimo de **3 anos** (36 meses) de garantia de fábrica, incluindo manutenção gratuita no primeiro ano (conforme padrão do fabricante de referência).

Segurança: Proteção eletrônica contra sobrecarga e superaquecimento da bateria.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 16. Paquímetro Digital 150 mm com Sistema ABS (Absolute), com capacidade de **0 a 150 mm (0 a 6")**. O equipamento deve possuir tecnologia de escala absoluta (**Sistema ABS**), que preserva o ponto zero de referência mesmo após o instrumento ser desligado ou reiniciado, permitindo medições imediatas sem necessidade de zerar a cada uso.



Características dos Materiais e Fabricação

Material: Corpo, haste de profundidade e bicos de medição fabricados integralmente em **Aço Inoxidável** temperado, garantindo alta durabilidade e resistência à corrosão. A carcaça da unidade eletrônica deve ser em material polimérico resistente.

Sistema de Medição: Quadridimensional (permite 4 tipos de medição): externa, interna, ressalto e profundidade.

Eletrônica: Display de LCD com dígitos grandes para fácil leitura. Resolução de **0,01 mm (0.0005")** e exatidão de aproximadamente $\pm 0,03$ mm.

Proteção: Desejável índice de proteção contra poeira e respingos de água (mínimo **IP54**), aumentando a vida útil em ambiente industrial.

Funções:

- Botão **Zero/ABS:** Para zeragem em qualquer ponto (medição incremental) e retorno à leitura absoluta real.
- Conversão milímetro/polegada.
- Desligamento automático (Auto Power Off) ou manual.

Composição do Jogo

O item deve ser composto por:

- 01 (uma) Unidade de paquímetro digital 150mm ABS.
- 01 (uma) Bateria (tipo CR2032 ou SR44) instalada ou sobressalente.
- Manual de instruções em língua portuguesa.

Organização e Construção

Acondicionamento: O instrumento deve ser fornecido em **estojo rígido** (plástico ou madeira) com berço moldado em espuma ou material absorvente de impacto, garantindo a proteção contra choques mecânicos durante o armazenamento.

Mecânica: O cursor deve deslizar suavemente sobre a guia, sem travamentos. Deve possuir parafuso de trava para fixação da medida e roldana para ajuste fino.

Requisitos de Qualidade e Garantia

Normas Técnicas: Fabricado em conformidade com a norma **DIN 862** (requisitos para paquímetros).

Calibração: Deve manter a precisão ao longo de toda a escala e apresentar paralelismo correto entre os bicos.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 17. Guia passa cabos de alta resistência, projetado para passagem de fios e cabos em eletrodutos e tubulações de instalações elétricas e de telecomunicações. O produto deve apresentar as seguintes características mínimas:

- **Comprimento:** 10 metros.
- **Corpo:** Fabricado em polipropileno (PP) de alta densidade ou material similar com propriedades de isolamento elétrico e baixo coeficiente de atrito.
- **Reforço Interno:** Possuir alma de aço (cabo de aço interno) para garantir máxima resistência à tração e evitar deformações ou rupturas durante o uso severo.
- **Extremidades:** Deve possuir ponteiros metálicos em ambas as extremidades, sendo uma delas com mola flexível na ponta para facilitar a navegação em curvas e cotovelos de 90°.
- **Diâmetro Nominal:** Aproximadamente 4,0 mm.
- **Capacidade de Tração:** Elevada resistência mecânica, suportando esforços de puxamento sem romper a alma de aço.
- **Cor:** Preferencialmente amarela ou de alta visibilidade (para facilitar a identificação em ambientes de obra).



Item 18. Guia passa cabos de alta resistência, projetado para passagem de fios e cabos em eletrodutos e tubulações de instalações elétricas e de telecomunicações. O produto deve apresentar as seguintes características mínimas:

- **Comprimento:** 20 metros.
- **Corpo:** Fabricado em polipropileno (PP) de alta densidade ou material similar com propriedades de isolamento elétrico e baixo coeficiente de atrito.
- **Reforço Interno:** Possuir alma de aço (cabo de aço interno) para garantir máxima resistência à tração e evitar deformações ou rupturas durante o uso severo.
- **Extremidades:** Deve possuir ponteiros metálicos em ambas as extremidades, sendo uma delas com mola flexível na ponta para facilitar a navegação em curvas e cotovelos de 90°.
- **Diâmetro Nominal:** Aproximadamente 4,0 mm.
- **Capacidade de Tração:** Elevada resistência mecânica, suportando esforços de puxamento sem romper a alma de aço.
- **Cor:** Preferencialmente amarela ou de alta visibilidade (para facilitar a identificação em ambientes de obra).





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 19. Equipamento elétrico portátil tipo Micro Retífica, destinado a atividades de corte, lixamento, desbaste, polimento, gravação e furação em diversos materiais. O equipamento deve atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

- **Tensão de Operação:** 220 V~ (corrente alternada).
- **Frequência:** 60 Hz.
- **Potência Nominal:** Mínima de 115 W.
- **Controle de Velocidade:** Sistema eletrônico variável, permitindo ajuste de rotação entre 8.000 rpm e 30.000 rpm (rotações por minuto).
- **Mandril/Pinça:** Capacidade de fixação para acessórios com hastes de até 3,2 mm (1/8").
- **Ergonomia:** Corpo compacto com revestimento emborrachado (Soft Grip) para redução de vibração e maior conforto operacional.
- **Segurança:** Botão de trava do eixo para substituição rápida de acessórios e isolamento térmico/elétrico adequado.



Composição do Kit (Mínimo de 40 acessórios): O conjunto deve ser fornecido em maleta ou estojo organizador plástico, contendo no mínimo:

- Pinças de diferentes tamanhos;
- Discos de corte e discos de lixa;
- Tubos de lixa e hastes adaptadoras;
- Pontas montadas de óxido de alumínio (diversos formatos);
- Rodas de feltro para polimento;
- Pedra para afiação e chave de aperto.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

Item 20. Rotulador eletrônico portátil, novo, sem uso, com teclado padrão QWERTY integrado e visor LCD para visualização prévia das etiquetas antes da impressão. O equipamento deverá permitir impressão térmica de etiquetas autoadesivas laminadas, com largura mínima compatível de 3,5 mm até 12 mm, em no mínimo duas linhas de texto.

Deverá possuir resolução mínima de impressão de 180 dpi e velocidade mínima de impressão de 20 mm/s. O equipamento deverá permitir impressão em diferentes tamanhos e estilos de fonte, contendo no mínimo 3 tamanhos de caracteres, 10 estilos de texto, 14 molduras e 250 símbolos gráficos ou superior.

A etiquetadora deverá possuir memória interna para armazenamento de etiquetas, com capacidade mínima de 15 arquivos. Deverá permitir impressão vertical e possuir cortador manual integrado para acabamento das etiquetas.

O equipamento deverá ser alimentado por pilhas AAA e/ou fonte de alimentação bivolt compatível. Deverá acompanhar, no mínimo, uma fita inicial para utilização imediata do equipamento.

Compatível com fitas laminadas resistentes para identificação de materiais, documentos, cabos, patrimônio e organização em geral



ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

LICITAÇÃO Nº.....

Pregão ELETRÔNICO Nº ***

ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

CEP:		E-MAIL:				
TELEFONE:		FAX:				
CONTATO DA LICITANTE:		TELEFONE:				
BANCO DA LICITANTE:		CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:				
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- 4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.
- 5 Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I deste edital, a contar do recebimento por parte da contratada do empenho ou ordem de compra, que entregará o objeto no endereço informado no edital ou empenho. Que tem ciência de que se os bens não estiverem de acordo com o descrito em edital, após avaliação do fiscal do contrato, não serão aceitos.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

LICITAÇÃO Nº

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações
Fone: (55) 3522-0403 CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br
Responsável pela emissão do Edital: Luciana M Camilio



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

[**NOME DA EMPRESA**], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

OBSERVAÇÕES:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME OU EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME OU EPP, nos termos da lc nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ (____) do mês de _____ de 20...., no Município de Três Passos/RS., foram registrados os preços abaixo relacionados, para eventual e futura aquisição de para conforme especificações e quantitativos constantes da planilha que segue, em atendimento as necessidades da(s) secretaria(s) solicitantes, resultante do Pregão nº/20.. e Processo Administrativo nº/20.. para Sistema de Registro de Preços.

As empresas participantes estão elencadas na ata de propostas e no ranking, cujos documentos encontram-se publicados no site do portal de compras públicas cujos documentos podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico:
www.portaldecompraspublicas.com.br

As empresas DETENTORAS DA ATA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Federal 123/2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 019/2013 (Registro de Preços) e pelo Decreto Municipal 29/2023, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E SUA QUALIFICAÇÃO:

Empresa	CNPJ	Representante	CPF	Endereço
---------	------	---------------	-----	----------



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS, para eventual e futura contratação parapelo período (.....) meses, contados da homologação da Ata de Registro de Preços tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificaçã o	Unidade	Marca	Quantidad e	Preço unitário	Preço total

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

3.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contados da data de emissão da mesma. Podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse da administração e no caso de economicidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1 O objeto, após a assinatura e publicação da ata de registros de preços será fornecido conforme necessidade das Secretarias Solicitantes, pelo período de doze meses. A autorização de fornecimento e o empenho serão emitidos, nas quantidades necessárias. Os serviços serão entregues conforme termo de contrato, empenho, nas quantidades solicitadas, no seguinte endereço: no prazo de..... O prazo começará a contar do recebimento do empenho.

4.2 O recebimento do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos.

4.3 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 72 horas. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue após a prestação dos serviços, na Secretaria Municipal de Educação, ao fiscal do contrato. Cito à Av. Santos Dumont, 75, Três Passos/RS.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado até após à entrega, mediante atestado de recebimento e conferência dos fiscais de contrato, além de emissão de documento fiscal. Devendo o nº do CNPJ nas Notas Fiscais ou equivalentes, ser o mesmo informado no momento da Habilitação.

5.2 A empresa, para fazer jus ao reequilíbrio financeiro, que trata a Lei 14.133/2021, deverá anexar a proposta financeira, planilha de composição custos e preços, devidamente assinada por profissional da contabilidade habilitado, no prazo máximo de cinco dias úteis após a conclusão da fase de lances, sob pena de não ser deferido pedido de reequilíbrio.

5.3 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
§ 1º Das Infrações Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

I- advertência, para a infração prevista na alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas “a” até “m”.
2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “b” até “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “h” até “m”.

§ 3º Da Aplicação das Sanções

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

VI Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

§ 4º Da execução da garantia contratual

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

§ 1º O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

§ 2º Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização, no caso de prorrogação.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

§ 6º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) evento futuro e incerto;
- b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- e) modificação consubstancial nas condições contratadas;
- f) haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
- g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 7º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da ata e antes de eventual prorrogação.

§ 8º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura do contrato planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

§ 9º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá: a) liberar o fornecedor; b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

§ 10º O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4214/2026
LICITAÇÃO Nº 180/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

§ 11º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas por termo aditivo.

§ 12º O pedido de reequilíbrio retroagirá tão somente a data do protocolo do pedido e não incidirá sobre empenhos já gerados. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital

§ 13 Solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro fica obrigado o órgão licitador a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento. O não cumprimento do prazo não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos–RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Ata/contratação, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Três Passos/RS., ___ de _____ de _____

Arlei Luis Tomazoni
Prefeito

Jurídico:

Participantes:

Obs: serão preenchidos conforme dados do edital e anexo I.